

CONTRATO N.º 16/2016 – SMT.GAB - ÁREA 4.

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, representada pela Secretaria Municipal de Transportes - SMT.

CONTRATADA: AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S.A.

OBJETO: Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de São Paulo.

PROCESSO: 2016-0.107.806-0

Aos 30 dias do mês de Maio do ano de 2016, pelo presente instrumento, de um lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Transportes - SMT**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 46.392.155/0001-11, neste ato representada pelo Sr. **PAULO DE MORAES BOURROUL**, Secretário Municipal de Transportes Adjunto Substituto, doravante denominada apenas '**CONTRATANTE**' e, de outro lado, a empresa **AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S.A.**, com sede na Rua Nestor de Barros, 289, Vila Santo Estevão, cidade de São Paulo, cadastrada no CNPJ sob nº 08.405.256/0001-90, por seus representantes legais, ao final nomeados e qualificados, doravante designada tão somente '**CONTRATADA**', nos termos da autorização constante do respectivo despacho autorizatório, publicado em 26 de maio de 2016, da Lei Municipal nº 13.241/01, de 12 de dezembro de 2001, do Decreto Municipal nº 56.232, de 02 de julho de 2015, no que couber, e demais normas aplicáveis à espécie, notada e especialmente as Leis Federais nº 8.987/95, de 13 de fevereiro de 1995 e alterações e Lei nº. 8666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações, têm entre si justo e firmado o presente Contrato Emergencial, nos termos e condições a seguir dispostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

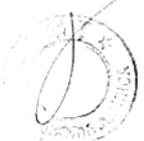
1.1. O presente Contrato é firmado com fundamento nos termos da Lei Municipal n.º 13.241/01, notadamente em seu §2º, do artigo 6º, da Lei Federal n.º 8.987/95 e, no que couber, as disposições contidas na Lei Federal n.º 8.666/93, em especial no art. 24 inciso IV, e no Decreto Municipal n.º 56.232, de 02 de julho de 2015 no couber, bem como nos demais preceitos legais aplicáveis à matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Contrato é a delegação dos serviços de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na área 4, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, envolvendo:

2.1.1. Serviço de Operação de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, no Subsistema Estrutural na Área de Operação nº 4;



- 2.1.2. Serviço de Operação de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros em parcela do Subsistema Local, na correspondente área referida no subitem 2.1.1, nos termos da legislação aplicável.
- 2.1.3. Participação no Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Área Central.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

- 3.1. Compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal a determinação dos reajustes tarifários, nos termos da Lei Orgânica do Município.
- 3.2. Compete à Secretaria Municipal dos Transportes, ou a quem ela ou lei específica o delegar, o estabelecido na Lei Municipal nº 13.241/01 e demais normas regulamentares aplicáveis.
- 3.3. Compete à São Paulo Transporte S/A:
 - 3.3.1. Editar normas operacionais, em conformidade com as políticas e estratégias estabelecidas pela Secretaria Municipal de Transportes;
 - 3.3.2. Compor e/ou arbitrar conflitos entre contratadas dos Sistemas Estrutural e Local, usuários e Poder Público;
 - 3.3.3. Coordenar, supervisionar e fiscalizar os serviços de transporte coletivo de passageiros prestados;
 - 3.3.4. Aplicar penalidades por descumprimentos de obrigações contratuais, nos termos do seu Estatuto Social (art. 3º, § 2º, VII), do Regulamento de Sanções e Multas – RESAM, do artigo 29 da Lei Municipal nº 13.241/01, bem como das demais legislações e normativos aplicáveis;
 - 3.3.5. Coibir a prática de serviços de transporte de passageiros não concedidos, não permitidos, não autorizados e/ou não contratados pelo Poder Público;
 - 3.3.6. Garantir a observância dos direitos dos usuários e demais agentes afetados pelo serviço de transporte sob seu controle, reprimindo eventuais infrações;
 - 3.3.7. Aprovar a revisão do valor da remuneração, mantendo o equilíbrio econômico-financeiro deste contrato, quando for o caso;
 - 3.3.8. Acompanhar o desenvolvimento tecnológico e organizacional dos serviços de transporte coletivo urbano de passageiros e de outras atividades que os afetem, opinando quanto à viabilidade e às prioridades técnicas, econômicas e financeiras dos projetos pertinentes ou afetos ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros;
 - 3.3.9. Definir parâmetros e padrões técnicos para a prestação de serviço adequado;

- 3.3.10. Opinar sobre a instalação e o funcionamento de serviços na faixa de domínio e na área *non aedificandi* da malha viária, definir os padrões operacionais e manifestar-se sobre os preços devidos pela utilização dos bens públicos afetados aos serviços de transporte coletivo de passageiros;
 - 3.3.11. Zelar pela contínua preservação das condições de manutenção dos bens inerentes à prestação dos serviços de transporte coletivo urbano de passageiros;
 - 3.3.12. Promover, pesquisas, levantar dados e elaborar estudos para subsidiar suas decisões e as do Poder Público;
 - 3.3.13. Subsidiar o Poder Executivo Municipal na definição da política tarifária, realizando os estudos técnicos, econômicos e financeiros necessários;
 - 3.3.14. Disciplinar e fiscalizar as atividades auxiliares, complementares ou decorrentes dos serviços prestados;
 - 3.3.15. Gerir as receitas e pagamentos comuns aos serviços de transporte coletivo urbano de passageiros. Para tanto, poderá emitir os correspondentes créditos de viagens e comercializá-los, direta ou indiretamente, exercendo o efetivo controle sobre a utilização desses.
- 3.4. Compete à Contratante autorizar cisão, fusão e/ou transferência de controle acionário da Contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS

- 4.1. A descrição do Sistema e seu funcionamento é objeto do Anexo I - Introdução ao Sistema Integrado, parte integrante deste Contrato.
- 4.2. Os serviços deverão ser prestados em conformidade com a lei e atos normativos, expedidos pelo Poder Público, que deverão ser considerados como cláusulas contratuais.

DAS LINHAS:

- 4.3. As linhas serão operadas na forma prevista na Ordem de Serviço Operacional – OSO.
- 4.4. A Contratada, as concessionárias das demais áreas do Subsistema Estrutural e as contratadas do Subsistema Local deverão articular-se, sob a coordenação da Contratante, para garantir a integração operacional entre as linhas estruturais e locais.
- 4.5. A Contratada ficará obrigada a operar linhas que compõem a chamada “Rede da Madrugada”, garantindo o atendimento quando assim determinado pela SPTrans.



- 4.5.1. Essas linhas estão descritas no Anexo II - Descrição dos Serviços e Anexo X - Rede de Linhas da Madrugada com Operação Controlada.
- 4.6. As características físicas e operacionais das linhas previstas para a operação estão descritas no Anexo II - Descrição dos Serviços.
- 4.7. A Contratada poderá propor, para prévia aprovação da Contratante, alterações nas linhas ou condições de prestação dos serviços, objeto deste Contrato.
- 4.7.1. Quando a proposta de alteração ou criação de linhas envolver mais de uma Área de Operação ou a Área Central, o pleito será analisado após consulta aos envolvidos;
- 4.7.2. A população em geral e os usuários deverão ser informados de qualquer modificação nas linhas ou na forma de prestação dos serviços com antecedência mínima de 10 (dez) dias.
- 4.8. A Contratada poderá prestar serviços complementares na sua respectiva área de atuação, desde que previamente autorizados pela Contratante.
- 4.8.1. O número de veículos destinados à prestação do serviço complementar mencionado no item supra é limitado a 20% (vinte por cento) da sua frota.

DAS GARAGENS:

- 4.9. A Contratada deverá dispor de garagem(ns) para abrigo, abastecimento e manutenção da frota operacional, bem como para realização dos serviços administrativos de apoio. A(s) garagem(ns) da Contratada deverá(ão) estar localizada(s) no perímetro de sua área de operação.
- 4.9.1. Na hipótese da garagem estar localizada em local distinto do perímetro de sua respectiva área de operação, os percursos ociosos não serão considerados para efeito de remuneração e eventual reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.
- 4.10. As características físicas das garagens deverão estar de acordo com as especificações contidas em Manual de Infraestrutura Básica de Garagem, elaborado e atualizado pela Contratante, conforme Anexo III - Infraestrutura Básica da Garagem.
- 4.11. Os elementos da infraestrutura básica da garagem, assim como a documentação legal para seu funcionamento, serão verificados, quando necessário, segundo critérios e metodologia definidos em procedimento específico elaborado e atualizado pela Contratante, conforme Anexo III - Infraestrutura Básica da Garagem.
- 4.12. Sempre que necessárias, as atualizações dos Manuais, Anexos e/ou Procedimentos serão feitas, a critério exclusivo da Contratante e a Contratada será informada previamente às suas efetivações. Desta forma, as versões atualizadas destes documentos estarão disponíveis para consulta no "site" www.sptrans.com.br.



- 4.13. As atualizações, quando cabíveis, serão motivadas por implantação de novas tecnologias (veículos e/ou equipamentos da garagem), por exigências legais ou por eventuais ajustes que visem melhoria da qualidade do processo.
- 4.14. Independentemente de prazos concedidos para regularização de eventuais pendências, a Contratada responderá, exclusivamente, civil e criminalmente, por quaisquer incidentes ou acidentes que venham a ocorrer em função dessas.
- 4.15. A Contratada se obriga a utilizar garagem(ns) pública(s), cujos quantitativo(s) e valor(es) de aluguel(res) estão discriminados no Anexo IX - Política Tarifária e Remuneração.

DOS VEÍCULOS:

- 4.16. Os veículos para operação no Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de São Paulo deverão apresentar características que atendam integralmente às Normas Brasileiras NBR-15570. Para fabricação dos veículos, NBR-14022, NBR-15646, Portaria INMETRO nº 260, Decreto Federal nº 5296/04 e demais documentos técnicos legais pertinentes, referentes à acessibilidade nesses veículos.
- 4.17. Além do atendimento às normas técnicas e legislações, conforme descrito no item supra, os veículos deverão apresentar os parâmetros definidos no Manual dos Padrões Técnicos da Contratante, conforme Anexo IV - Manual dos Padrões Técnicos dos Veículos, parte integrante deste Contrato.
- 4.18. Para movimentação da frota no Sistema de Transporte, inclusão/exclusão de veículos, a Contratada deve obedecer aos critérios e metodologias dispostos em procedimento específico elaborado e atualizado pela Contratante, conforme Anexo IV - Manual dos Padrões Técnicos dos Veículos.
- 4.19. A Contratada terá seus processos de manutenção auditados e sua frota inspecionada de acordo com procedimentos específicos da Contratante.
- 4.20. As exigências referentes ao atendimento de normas técnicas e dos demais documentos legais relativos aos padrões tecnológicos, ambientais e de acessibilidade, Procedimentos de Inspeção, de Auditoria de Processos de Manutenção, suas associações com os tipos específicos de linhas, estão contidas no Anexo IV - Manual dos Padrões Técnicos dos Veículos.
- 4.20.1. Sempre que necessárias, as atualizações dos Manuais, Anexos e/ou Procedimentos serão feitas, a critério exclusivo da Contratante e a Contratada será informada previamente às suas efetivações. Desta forma, as versões atualizadas destes documentos estarão disponíveis para consulta no "site" www.sptrans.com.br.
- 4.20.2. As atualizações, quando cabíveis, serão motivadas por implantação de novas tecnologias (veículos e/ou equipamentos da garagem), por exigências legais ou por eventuais ajustes visando a melhoria da qualidade no resultado do processo.

- 4.21. A frota que iniciará a operação deverá vir, obrigatoriamente, equipada com catraca e validador eletrônico, cuja especificação técnica e quantidade é objeto do Anexo V - Infraestrutura para Bilhetagem Eletrônica.
- 4.21.1. A frota deverá, ainda, possuir, obrigatoriamente, equipamentos (*Automatic Vehicle Location*), fornecidos por empresas homologadas pela São Paulo Transporte S/A e de acordo com especificações técnicas por ela definidas.
- 4.22. A frota que vier a ser adquirida após a assinatura deste Contrato, além do contido no subitem supra, deverá vir preparada para receber acessórios, cujas especificações técnicas encontram-se dispostas no Anexo V - Infraestrutura para Bilhetagem Eletrônica, parte integrante deste Contrato.
- 4.23. É vedada a qualquer tempo a prestação dos serviços com veículo cuja idade de fabricação do chassi seja superior a 10 (dez) anos, observadas as disposições contidas no Anexo IV, parte integrante deste.
- 4.24. A Contratada deverá disponibilizar, no mínimo, 1 (um) veículo guincho por garagem. Este veículo deverá ser equipado com tomada de ar comprimido e elétrica, giroflex, radiocomunicação, EPI's, ferramentas e dispositivos necessários para o desenvolvimento das atividades de atendimento de socorro.
- 4.25. O guincho deverá ter características técnico/funcionais que atendam às operações de arraste e de içamento de qualquer dos tipos de veículos operacionais do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros da Cidade de São Paulo. Essas operações deverão ser realizadas normalmente do local aonde tenha ocorrido o defeito gerador da solicitação do serviço de guinchamento até as instalações da garagem da operadora do veículo avariado, ou até o local informado ao operador do guincho, dentro do Município de São Paulo.
- 4.25.1. A disponibilidade do Guincho para a operação deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do Contrato.
- 4.25.2. A idade máxima admitida para o veículo e seus acessórios é de 10 (dez) anos.
- 4.25.3. O guincho poderá ser requisitado pela Contratante, a seu exclusivo critério, para fazer parte de "pool" desses tipos de veículos a serem colocados em locais estratégicos dentro da área de operação da Contratada. Os serviços do guincho poderão ser solicitados para atendimento a qualquer ônibus do Sistema de Transporte Urbano que estiver alocado em sua área de operação.
- 4.26. A Contratada deverá atender às determinações da Contratante referentes à composição da frota operacional quanto ao que estabelece a Lei Municipal nº 14.933/09, em vista da substituição do combustível óleo diesel de petróleo por outro(s) de origem não fóssil e de fonte renovável e/ou da substituição de veículos movidos por motor de combustível interna por outros de tração elétrica.
- 4.27. Com referência à operação de corredores de transporte, a Contratada responsável pelo serviço deverá atentar para as exigências da Contratante, particularmente quanto às

obrigações resultantes das imposições dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores das políticas voltadas à preservação do meio ambiente. Assim sendo, a frota destinada a essa operação deverá ter em sua composição veículos com tecnologia que atendam às determinações dos citados órgão ambientais.

- 4.28. A Contratada deverá promover evolução tecnológica de garagens, equipamentos, sistemas e veículos, com vistas a assegurar a melhoria da qualidade do serviço e a preservação do meio ambiente.
- 4.29. A Contratada deverá utilizar veículos cujas características de acessibilidade estejam de acordo com a legislação vigente.

OUTROS:

- 4.30. A Contratada deverá cumprir as determinações da Contratante para atendimento de Operações Especiais;
- 4.30.1. Define-se como 'Operações Especiais' o atendimento a eventos pré-programados, tais como: "Operação Fórmula Um", "Operação Carnaval", e Serviços Especiais.

CLAUSULA QUINTA - DA INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVOS DE ACESSO À INTERNET

- 5.1 A Contratada deverá disponibilizar os veículos vinculados ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros para instalação de dispositivo sem fio de acesso gratuito à internet, pelas empresas autorizadas junto à São Paulo Transporte – SPTrans, nos termos da Portaria n.º 112/15–SMT.GAB e do regulamento para disponibilização de acesso sem fio (Wi- Fi) – Anexo XI, e demais normas editadas pela Contratante e pela São Paulo Transporte S.A.
- 5.1.1 A disponibilização gratuita de sinal de internet aos usuários do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros deverá atender, também, às especificações e critérios definidos pela Secretaria Municipal de Transportes – SMT e pela São Paulo Transporte S.A.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DEVERES DA CONTRATADA

- 6.1. Constitui obrigação da Contratada prestar o serviço contratado de forma adequada à plena satisfação dos usuários, conforme disposições estabelecidas na Lei Municipal nº 13.241/01 e alterações, na Lei Federal nº 8.987/95 e alterações, na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, no Decreto Municipal nº 56.232/15, no que couber, nos regulamentos, nos anexos deste Contrato e demais normas regulamentares aplicáveis, em especial:
- 6.1.1. Prestar todas as informações solicitadas pela Contratante, atendendo as exigências, recomendações ou observações;



- 6.1.2. Cumprir e fazer cumprir integralmente este Contrato, em conformidade com as disposições legais e regulamentares, e ainda, as determinações da Contratante, editadas a qualquer tempo;
- 6.1.3. Fornecer à Contratante os resultados contábeis, dados estatísticos e quaisquer elementos que forem solicitados para fins de controle e fiscalização, atendendo aos prazos e formas de apresentação fixados pela Contratante, respeitados, quando houver, os prazos legais;
- 6.1.4. Cumprir as normas de operação e arrecadação, inclusive as atinentes à cobrança de tarifa.
- 6.1.4.1. A Contratada é responsável pela operacionalização e custeio da comercialização de viagens quando feitas no veículo;
- 6.1.5. Operar somente com pessoal devidamente capacitado e habilitado, mediante contratações regidas pelo direito privado e legislação trabalhista, assumindo todas as obrigações delas decorrentes, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros contratados pelo operador, a Contratante ou o Poder Público;
- 6.1.6. Dispor de frota, equipamentos, acessórios, recursos humanos e materiais, de modo a permitir a perfeita execução dos serviços, nos termos deste Contrato e seus anexos.
- 6.1.6.1. Utilizar somente veículos que preencham os requisitos de operação, conforme previsto nas normas regulamentares ou gerais pertinentes;
- 6.1.6.2. Adequar a frota às necessidades do serviço, obedecidas as normas fixadas pela Contratante;
- 6.1.7. Dispor de garagem(ns), nos termos do Anexo III - Infraestrutura Básica da Garagem, que atenda(m) a todos os requisitos legais e que permita(m) a perfeita execução dos serviços;
- 6.1.8. Adotar providências necessárias à garantia do patrimônio público, do sistema viário, dos terminais e à segurança e integridade física dos usuários;
- 6.1.9. Promover a atualização e o desenvolvimento tecnológico das instalações, equipamentos e sistemas, com vistas a assegurar a melhoria da qualidade dos serviços e a preservação do meio ambiente;
- 6.1.10. Responder pela adequação e qualidade dos investimentos realizados, assim como pelo cumprimento das obrigações contratuais, regulamentares e legais relacionadas aos cronogramas, materiais, equipamentos, projetos e instalações;
- 6.1.10.1. A aprovação, pela Contratante, de cronogramas, materiais, equipamentos, projetos e instalações apresentados não exclui a responsabilidade exclusiva da Contratada pela adequação e qualidade

dos investimentos realizados, assim como pelo cumprimento das obrigações contratuais, regulamentares e legais;

- 6.1.11. Responder, perante a Contratante e terceiros, pelos serviços prestados;
- 6.1.12. Atender e fazer atender, de forma adequada, o público em geral e os usuários em particular;
- 6.1.13. Manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, às suas expensas, os bens necessários à prestação dos serviços previstos neste Contrato;
- 6.1.14. Responder, perante a Contratante e terceiros, por todos os atos e eventos de sua responsabilidade/competência;
- 6.1.15. Ressarcir a Contratante de todos os desembolsos decorrentes de danos causados a terceiros, sejam pessoais, patrimoniais ou morais e ainda, de determinações judiciais para satisfação de obrigações originalmente imputáveis à Contratada, inclusive reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados à Contratada, sendo permitido, inclusive, compensar respectivos valores nos repasses efetuados à Contratada;
- 6.1.16. Informar, à Contratante, imediatamente quando citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo, que possa resultar em responsabilização da Contratante, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo;
- 6.1.17. Executar serviços, programas de gestão e treinamento de seus empregados objetivando aumentar a segurança no transporte e a comodidade dos usuários;
- 6.1.18. Manter a Contratante informada sobre toda e qualquer ocorrência não rotineira;
- 6.1.19. Elaborar e implementar atendimento a situações de emergência, mantendo disponíveis, para tanto, todos os recursos necessários;
- 6.1.20. Acatar medidas determinadas pelos responsáveis investidos de autoridade, em caso de acidentes ou situações anormais à rotina;
- 6.1.21. Adotar o Índice de Qualidade do Transporte – IQT – Anexo VI - Procedimentos de Avaliação dos Serviços e Índices;
- 6.1.22. Zelar pela proteção do meio ambiente;
- 6.1.23. Responder pelo correto comportamento e eficiência de seus empregados e agentes, bem como de suas contratadas, relacionadas ao objeto deste Contrato, providenciando o uso de uniforme nas funções e condições que

- forem exigidos e o porte de crachá, instruindo-os a prestar apoio à ação da autoridade;
- 6.1.24. Cumprir determinações legais relativas à legislação trabalhista, previdenciária e de segurança e medicina do trabalho em relação aos seus empregados e terceirizados;
 - 6.1.25. Fornecer à Contratante todos e quaisquer documentos e informações pertinentes ao objeto desta contratação, permitindo a fiscalização e o livre acesso aos equipamentos e instalações integrantes dos serviços e a realização de auditorias;
 - 6.1.26. Responder por eventuais desídias e faltas quanto às obrigações decorrentes deste Contrato;
 - 6.1.27. Apresentar periodicamente à Contratante a comprovação de regularidade das obrigações previdenciárias, tributárias, fundiárias e trabalhistas;
 - 6.1.28. Na hipótese de deficiências no Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, decorrentes de caso fortuito ou força maior, a prestação do serviço poderá ser atribuída a outros operadores que responderão por sua continuidade, nos termos do Decreto Municipal nº 56.232/15;
 - 6.1.29. Atender às instruções transmitidas para o PAESE – Plano de Apoio entre Empresas de Transporte Frente à Situação de Emergência;
 - 6.1.30. Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições a que se refere o artigo 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, bem como a Lei nº 13.241/01;
 - 6.1.31. A Contratada deverá observar os procedimentos operacionais para liquidação dos valores de remuneração, conforme descritos nos Anexos VII - Bilhetagem Eletrônica: Processo de Arrecadação e Pagamentos e IX - Política Tarifária e Remuneração deste Contrato;
 - 6.1.32. Operar as linhas nas condições atuais, com as características operacionais autorizadas e a frota equivalente, existentes na data da assinatura deste Contrato;
 - 6.1.33. Apresentar, à Contratante, por ocasião da expedição do "CONDUBUS", a comprovação formal de vínculo empregatício entre a Contratada e todos os empregados operacionais que prestarem os serviços descritos neste Contrato;
 - 6.1.34. A Contratada poderá propor à Contratante a inserção no Sistema de novos equipamentos e procedimentos para melhoria no desempenho, no atendimento, nos custos e no rendimento da prestação dos serviços e na preservação do meio ambiente;



- 6.1.35. Atender às determinações da Contratante referente à composição da frota operacional quanto ao que estabelece a Lei Municipal nº 14.933/09, em vista da substituição do combustível óleo diesel de petróleo por outro(s) de origem não fóssil e de fonte renovável e/ou da substituição de veículos movidos por motor de combustão interna por outros de tração elétrica;
- 6.1.36. Com referência à operação de corredores de transporte, deverá atentar para as exigências da Contratante, particularmente quanto às obrigações resultantes das imposições dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores das políticas voltadas à preservação do meio ambiente. Assim sendo, a frota destinada a essa operação deverá ter em sua composição veículos com tecnologia que atenda às determinações dos citados órgão ambientais;
- 6.1.37. Deverá promover a evolução tecnológica de garagens, equipamentos, sistemas e veículos com vistas a assegurar a melhoria da qualidade dos serviços e a preservação do meio ambiente.
- 6.1.38. Cumprir as normas e os requisitos previstos no regulamento próprio e na Portaria n.º 112/15–SMT.GAB para disponibilização de acesso sem fio (Wi-fi) gratuito à internet, aos usuários do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, por meio de equipamentos de bilhetagem eletrônica em operação.
- 6.1.39. Garantir as especificações técnicas e funcionais exigidas dos equipamentos AVL (*Automatic Vehicle Location*) instalados nos veículos, realizando manutenção e validação dos mesmos junto à SPTrans conforme periodicidade estabelecida pela mesma.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. O não cumprimento das cláusulas deste Contrato, de seus Anexos e das normas e regulamentos editados pela Contratante ensejará a aplicação das seguintes penalidades, respeitados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções previstas em dispositivos legais e regulamentares da Contratante:

7.1.1. Advertência:

7.1.1.1. Para infrações de gravidade leve e sem reincidência, a penalidade imposta pela Contratante à Contratada poderá se limitar à advertência, que deverá ser formal (por escrito) e com referência às medidas necessárias à correção do descumprimento.

7.1.2. Multa:

7.1.2.1. A multa poderá ter aplicação cumulativa com as demais sanções previstas no Contrato.

7.1.2.2. Sem prejuízo de regulamentação específica expedida pela Contratante, pelo não atendimento aos padrões de qualidade, eficiência e segurança, será aplicada multa em virtude do descumprimento ou do atraso no cumprimento das obrigações estatuídas no presente Contrato, sem justificativa formalmente aceita pela Contratante, conforme segue:

7.1.2.2.1. Item 4.10:

7.1.2.2.1.1. Multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de 30 (trinta) dias de atraso no cumprimento das obrigações;

7.1.2.2.1.2. Rescisão do Contrato após 30 dias de atraso sem que tenham sido tomadas as providências necessárias para o cumprimento das obrigações.

7.1.2.2.2. Itens 4.16, 4.24, 4.27 e 4.28:

7.1.2.2.2.1. Multa diária de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais, por veículo, por até 30 (trinta) dias de atraso no cumprimento das obrigações;

7.1.2.2.2.2. Multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por veículo, após 30 (trinta) dias de atraso e enquanto perdurar o descumprimento das obrigações.

7.1.2.2.3. Item 4.36:

7.1.2.2.3.1. Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais), por veículo.

7.1.2.2.4. Item 7.1:

7.1.2.2.4.1. Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais), por veículo, até o limite de 5 (cinco) dias de atraso no cumprimento das obrigações;

7.1.2.2.4.2. Rescisão do Contrato no caso de ultrapassado o prazo estipulado no item superior.

7.1.2.2.5. Pelo descumprimento das obrigações estatuídas na Cláusula Sexta poderão ser aplicadas as seguintes multas, a critério da Contratante, mediante decisão devidamente fundamentada, isolada ou cumulativamente, a saber:

- 7.1.2.2.5.1. Multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos) reais para as infrações consideradas médias e enquanto perdurar o descumprimento das obrigações;
- 7.1.2.2.5.2. Multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para as infrações consideradas graves, até o limite de 30 (trinta) dias de atraso no cumprimento das obrigações.
- 7.1.2.2.5.3. Rescisão do Contrato, após o decurso do prazo estipulado no item supra, sem o cumprimento das obrigações.
- 7.1.2.2.5.4. A infração será considerada leve quando decorrer de condutas involuntárias ou escusáveis da Contratada e da qual ela não se beneficie;
- 7.1.2.2.5.5. A infração será considerada de média gravidade quando decorrer de conduta inescusável, mas que não traga a Contratada qualquer benefício ou proveito, nem afete número significativo de usuários.
- 7.1.2.2.5.6. A infração será considerada grave quando a Contratante constatar presente um dos seguintes fatores:
- a) Ter a Contratada agido com má-fé;
 - b) Da infração decorrer benefício direto ou indireto para a Contratada;
 - c) A Contratada for reincidente na infração;
 - d) O número de usuários atingido for significativo para a respectiva localidade.
- 7.1.2.2.5.7. Multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais) no caso da não disponibilização do guincho, nos termos da Cláusula Quarta – Subitem 4.25.1.



7.1.2.2.5.8. Pelo descumprimento de quaisquer outros deveres ou obrigações contratuais assumidas neste Contrato não citadas nas cláusulas anteriores será aplicada a multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por dia e/ou por ocorrência.

7.1.3. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

7.1.3.1. A suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração dar-se-á no caso de práticas reiteradas de infrações contratuais ou regulamentares, incluindo aquelas que ensejam a rescisão unilateral do Contrato por culpa da Contratada, além de situações previstas na legislação e regulamentação aplicável.

7.2. O desatendimento das metas e prazos mínimos avençados poderá implicar na redução da remuneração, mediante prévia motivação da Contratante.

7.3. No Regulamento de Sanções e Multas – RESAM editado pela Secretaria Municipal de Transportes são tratadas as infrações de caráter operacional e as respectivas penalidades, observadas as modalidades dispostas no artigo 35 da Lei n. 13.241/01.

7.3.1. Sempre que necessário, o Regulamento de Sanções e Multas – RESAM poderá ser revisto pela Contratante, para melhor adequá-lo ao objeto deste contrato, cujas atualizações incorporar-se-ão, automaticamente, ao presente Contrato.

7.4. Compete à Secretaria Municipal de Transportes editar o ato normativo de que trata o subitem anterior, visando disciplinar o procedimento de aplicação de penalidades devendo, entretanto, observar a necessidade de prévia notificação e a constituição de duplo grau de julgamento, a fim de garantir o contraditório e a ampla defesa.

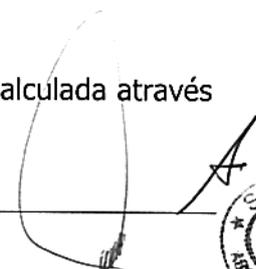
CLÁUSULA OITAVA - DO INÍCIO DA OPERAÇÃO

8.1. A operação dos serviços iniciou-se às 00hs do dia 28 de maio de 2016, de acordo com a respectiva Ordem de Serviço Operacional – OSO emitida na mesma data, que passa a fazer parte integrante deste Contrato.

8.2. A frota deverá, obrigatoriamente, estar equipada, para início da operação com catraca, validador eletrônico e AVL (*Automatic Vehicle Location*), atendendo as especificações da Cláusula Quarta.

CLÁUSULA NONA - DA REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS

9.1. Nos serviços regulares, a remuneração diária dos operadores será calculada através da seguinte fórmula:




Nos serviços regulares, a remuneração diária da Contratada será calculada através da seguinte fórmula:

$$R_n = RP \times D + \text{Atende} + \text{Noturno} + \text{VAL}$$

onde:

R_n - Remuneração diária do dia de operação n

RP – Remuneração por passageiro, de valor igual a R\$ 5,0513

D – Demanda de passageiros catracados no dia de operação n

Atende - Remuneração do Serviço Atende

Noturno – Remuneração da rede da madrugada Noturno

VAL – Remuneração de validadores novos instalados

- 9.1.1. O detalhamento da fórmula de remuneração encontra-se descrito no Anexo de Política Tarifária e Remuneração deste Contrato.
- 9.2. O pagamento da operação diária será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a operação.
- 9.2.1. O não atendimento das condições previstas no item 9.2. ensejará a aplicação da atualização financeira de acordo com a variação do IPC-FIPE, aplicado "*pro rata temporis*", em cumprimento aos termos do artigo 40, inciso XIV, letra "c" combinado com o artigo 55, inciso III, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, conforme a seguinte fórmula:

$$VAF = V \times \left\{ \left[\left(\frac{I_R}{I_0} \right)^{\frac{1}{n}} \right]^{n1} - 1 \right\}$$

VAF – Valor da Atualização Financeira.

V – Valor do faturamento líquido (exclui pagamento em pecúnia e retenções contratuais).

I_R – Número índice do IPC-FIPE vigente no mês anterior ao efetivo pagamento

I_0 – Número índice do IPC-FIPE vigente no mês anterior ao do vencimento do faturamento; ou, no caso do mês do vencimento coincidir com o mês do pagamento:

I_0 – Número índice do IPC-FIPE vigente no segundo mês anterior ao do vencimento do faturamento.

n – Número de dias decorridos entre o último dia do mês do I_0 e o último dia do mês do I_R .



n1 – Número de dias entre o vencimento do faturamento e o de seu efetivo pagamento.

- 9.2.2. A CONTRATADA não fará jus a atualização indicada no item anterior na hipótese em que tenha dado causa ao atraso no pagamento.
- 9.3. A forma de prestação de contas e de disposição de contas da CONTRATADA e os procedimentos operacionais para liquidação dos valores de remuneração estão descritos nos anexos do Contrato.
- 9.4. O número de passageiros transportados é aquele transmitido pelo Sistema Gerenciador de Garagem – SGG, registrado e apurado pela Bilhetagem Eletrônica da SPTrans, sendo desconsiderada qualquer outra forma de apuração.
- 9.4.1. Cabe a empresa a responsabilidade da transmissão das informações, mantendo a infraestrutura de validadores e comunicação de dados em perfeito estado de funcionamento.
- 9.4.2. No cômputo desses passageiros não serão considerados aqueles oriundos de cartões funcionais.
- 9.5. As receitas extraordinárias identificadas no curso da execução do contrato deverão ser previamente autorizadas e a sua apropriação se dará segundo as condições estabelecidas nos artigos 16 e 17 do Decreto Municipal nº 53.887/13.
- 9.6. Será descontado da remuneração devida à Contratada quaisquer valores que sejam devidos pelo operador, por força deste ou de outros contratos.
- 9.7. Será descontado da remuneração devida à Contratada o valor correspondente à energia de tração, relativamente à utilização da frota pública de Trólebus.
- 9.7.1. Para fins do cálculo do desconto do valor correspondente à energia elétrica de tração, serão estimados os valores abaixo por dia útil:

Período (operação)	Valor Estimado do desconto por dia útil – R\$
De 28 a 31.05.16	45.000,00
De 01 a 30.06.16	50.000,00
De 01 a 31.07.16	55.000,00
De 01.08.16 a 23.11.16	60.000,00

- 9.7.2. Após o recebimento das contas de energia, será efetuado o ajuste entre o valor descontado e o efetivamente cobrado.
- 9.8. A reversibilidade ao Poder Público dos veículos trólebus de propriedade da Contratada é objeto do Anexo de Reversibilidade dos Trólebus, deste contrato.
- 9.9. Caso sejam efetuados investimentos em tecnologia pela CONTRATADA, o CONTRATANTE obriga-se a exigir contratualmente, da pessoa jurídica que vier a assumir a prestação dos serviços de transporte coletivo de passageiros ora outorgados à CONTRATADA, o pagamento de indenização à CONTRATADA.



9.9.1. A indenização pelos equipamentos de tecnologia será calculada pela aplicação da seguinte fórmula:

$I = E - P - A$, onde:

I – indenização devida à empresa atual no sistema;

E – valor atualizado não depreciado do equipamento de tecnologia;

P – valor do montante de parcelas ou prestações a vencer – valor presente do saldo devedor;

A – dívidas e encargos decorrentes de atraso de pagamento de financiamento e eventuais débitos vinculados ao veículo como multas e outros.

9.9.2. O valor atualizado do equipamento de tecnologia (E) mencionado no item 9.9.1. corresponde ao valor de venda (aquisição) constante de nota fiscal, atualizado pelo IPC-FIPE, deduzido o valor depreciado, de acordo com a seguinte fórmula:

$E = C \cdot [n / nt]$, onde:

C – valor de aquisição do equipamento, conforme nota fiscal, atualizado pelo IPC-FIPE a partir da instalação;

n – número de dias que faltam a depreciar, iniciando em 1827 e decrescendo a partir da data de inclusão de instalação;

nt – número total de dias de depreciação, igual a 1827.

9.9.3. Se o valor da indenização calculada conforme item 9.9.1. for menor do que zero, constituirá em dívida da CONTRATADA para com a pessoa jurídica sucessora definida pelo CONTRATANTE, e esse valor será descontado no acerto de contas do encerramento do Contrato de Concessão respectivo, sendo esse valor repassado à pessoa jurídica sucessora.

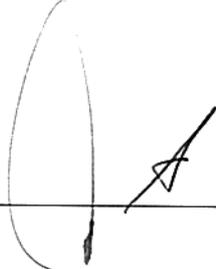
9.9.4. Para fazer jus à garantia da indenização, os equipamentos deverão estar em boas condições de uso.

9.9.5. Para cada validador com nova especificação instalado, a CONTRATADA será remunerada pelo valor diário de R\$ 4,28 por validador.

9.10. A remuneração das Linhas da Madrugada com Operação Controlada, denominada Noturno, será calculada conforme aumento dos custos operacionais em relação às Ordens de Serviço antes da implantação, descontando-se a remuneração recebida pelo eventual acréscimo de demanda, em relação à demanda da madrugada anteriormente transportada.

9.11. A remuneração das Linhas da Madrugada com "Operação Controlada", denominada Noturno, encontra-se detalhada no Anexo de Política Tarifária e Remuneração.

9.12. A CONTRATADA poderá efetuar testes com diesel de cana, nas condições e limites definidos pela CONTRATANTE, fazendo jus a ressarcimento pela diferença de preço entre o diesel de cana e o diesel S10.




CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 10.1. Em vista da natureza emergencial desta contratação, a Contratada terá o prazo de até 30 (trinta) dias, contados da assinatura deste Instrumento, para prestar garantia contratual em uma das modalidades estabelecidas no art. 56, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 10.1.1. Da data da assinatura deste Instrumento, até que a Contratada apresente a garantia contratual, conforme as regras abaixo, será de sua exclusiva responsabilidade a reparação decorrente de quaisquer danos causados à Contratante, aos usuários do Sistema e/ou a terceiros, sejam pessoais, patrimoniais e/ou morais, em virtude da execução do objeto deste Contrato, inclusive reclamações trabalhistas propostas por seus empregados ou terceiros a ela vinculados, sendo permitido à Contratante, ainda, compensar respectivos valores da remuneração devida à Contratada.
- 10.2. A Contratada prestará garantia contratual em qualquer das modalidades previstas no artigo 56 da Lei Federal 8.666/93, no valor de R\$ 829.771,16 (oitocentos e vinte e nove mil, setecentos e setenta e um reais e dezesseis centavos), a fim de assegurar o fiel cumprimento das obrigações constantes do presente Contrato.
- 10.2.1. A garantia ficará retida até o efetivo cumprimento, pela Contratada, de suas obrigações previstas neste Contrato, bem como para pagamento de quaisquer pendências e eventuais indenizações e/ou reparações cabíveis.
- 10.3. A Contratada deverá manter em vigor a garantia de execução contratual no valor e prazo contratual aqui estabelecidos, na modalidade apresentada no item anterior, tendo como beneficiário a Contratante.
- 10.4. A Contratada deverá manter a integridade da garantia de execução contratual durante toda a vigência deste Contrato, respeitado o valor estabelecido acima, estando obrigada, independentemente de prévia notificação para constituição em mora, a:
- 10.4.1. Repor os valores porventura utilizados para cobertura de quaisquer obrigações de pagamento abrangidas pela garantia de execução contratual no prazo de 20 (vinte) dias contados a partir da efetiva utilização, independente de disputa/discussão judicial ou administrativa, de dolo ou culpa;
- 10.4.2. Responder pela diferença de valores, na hipótese de a garantia não ser suficiente para cobrir o valor de todas as obrigações de pagamento por ela abrangidas, podendo ser cobrada por todos os meios legais admitidos; e
- 10.4.3. Submeter à prévia análise da Contratante eventual modificação no conteúdo da carta de fiança ou do seguro-garantia, bem como eventual substituição da garantia por qualquer das modalidades admitidas.
- 10.5. A carta de fiança e/ou a apólice de seguro-garantia deverão ter vigência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, correspondentes ao período de vigência deste Contrato, sendo de



inteira responsabilidade da Contratada mantê-las em plena vigência e de forma ininterrupta durante toda a vigência deste Contrato.

10.6. A contratação do seguro-garantia deverá ser feita com seguradora e resseguradora autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, entidade vinculada ao Ministério da Fazenda ou com seguradora e resseguradora de primeira linha.

10.7. Caso se opte por contratação de fiança bancária, esta deverá: (i.) ser apresentada em sua forma original (não serão aceitas cópias de qualquer espécie), (ii.) ter seu valor expresso em Reais, (iii.) nomear a Contratante como beneficiária, (iv.) ser devidamente assinada pelos administradores da instituição financeira fiadora e (v.) prever a renúncia ao benefício de ordem.

10.7.1. As fianças bancárias devem ser contratadas com instituições financeiras de primeira linha.

10.8. A garantia de execução contratual poderá ser utilizada nos seguintes casos:

10.8.1. Nas hipóteses em que a Contratada não realizar as obrigações previstas neste Contrato e seus anexos;

10.8.2. Nas hipóteses em que a Contratada não proceder ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas, na forma deste Contrato e de regulamentos da Contratante;

10.8.3. Nas hipóteses em que a Contratada não efetuar, no prazo devido, o pagamento de outras indenizações ou obrigações pecuniárias devidas à Contratante conforme item 6.1.15, em decorrência deste Contrato.

10.8.4. Quando houver qualquer mora ou inadimplemento de quaisquer direitos assegurados aos empregados da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

11.1. A Contratada apresentará, no prazo de até 15 (quinze) dias da assinatura do Contrato, o comprovante de contratação do seguro de responsabilidade civil objetiva nos termos da legislação aplicável, para cada veículo da frota, com as seguintes características:

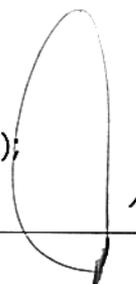
11.1.1. Danos corporais a terceiros não transportados: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

11.1.2. Danos morais a terceiros: R\$100.000,00 (cem mil reais);

11.1.3. Danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

11.1.4. Danos morais a passageiros: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

11.1.5. Danos materiais e corporais a passageiros: 100.000,00 (cem mil reais);




11.2. O referido seguro deverá ser mantido durante todo o prazo de execução deste Contrato, sendo atualizado na mesma periodicidade e pelo valor do índice que vier a corrigir o valor da remuneração por passageiro registrado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1. É expressamente vedada a subcontratação.

12.2. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

13.1. São direitos e obrigações dos usuários:

13.1.1. Receber serviço adequado;

13.1.2. Receber da Contratante e da Contratada informações para a defesa de interesses individuais e coletivos;

13.1.3. Obter e utilizar o serviço, observadas as normas aprovadas pela Contratante;

13.1.4. Levar ao conhecimento do Poder Público Contratante as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes aos serviços, objeto deste Contrato;

13.1.5. Comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela Contratada na prestação do serviço;

13.1.6. Zelar pelo serviço público que lhe é prestado;

13.1.7. Tratar os funcionários, empregados e prepostos do Contratante e da Contratada com cortesia e urbanidade, recebendo idêntico tratamento;

13.1.8. Respeitar os direitos dos demais usuários, em especial, as disposições que vedam o fumo nos coletivos e em locais fechados, o uso de aparelhos sonoros individuais e a preferência estabelecida em favor de idosos, gestantes e pessoas com capacidade reduzida de locomoção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

14.1. O valor contratual estimado é de R\$ R\$ 82.977.116,28 (oitenta e dois milhões, novecentos e setenta e sete mil, cento e dezesseis reais e vinte e oito centavos).



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PRAZO

- 15.1. O prazo deste Contrato é de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de 28 de maio de 2016, inclusive, cuja vigência, ressalvadas as hipóteses do item seguinte, expirará em 23 de novembro de 2016.
- 15.2. Poderá ele, entretanto, ser rescindido antecipada e unilateralmente pela Contratante em face de interesse público e/ou caso se ultime o respectivo procedimento licitatório, que se encontra suspenso, *sine die*, por determinação expressa do Egrégio Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS

- 16.1. Integram este Contrato as garagens públicas, bem como os equipamentos nelas contidos, a serem descritos em “Termo de Transferência de Bens Móveis e Imóveis”, a ser firmado pelas partes em até 10 dias da data da assinatura deste Contrato.
- 16.1.1. No referido Termo constará o estado de cada bem nele relacionado.
- 16.2. Constituem-se responsabilidades da Contratada:
- 16.2.1. Manter em dia o inventário e registro dos bens públicos, garagens e aqueles que reverterão ao Poder Público.
- 16.2.2. Zelar pela integridade dos bens públicos e dos reversíveis vinculados a este Contrato.
- 16.2.3. Submeter, previamente, à Contratante a desativação e baixa dos bens públicos vinculados a este Contrato.
- 16.3. A Contratada não poderá, por qualquer forma, alienar ou onerar os bens públicos e os reversíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS BENS PÚBLICOS

- 17.1. Revertem ao Poder Público, gratuita e automaticamente, na extinção deste Contrato, todos os bens que se enquadrem nos termos previstos neste Instrumento.
- 17.2. Para os fins previstos no item anterior, a Contratada entregará os bens públicos que integram este Contrato em perfeitas condições de operacionalidade, conservação, funcionamento, utilização e manutenção, sem prejuízo do normal desgaste resultante do seu uso, e livres de ônus ou encargos, de que tipos forem.
- 17.2.1. Imediatamente antes da reversão dos bens públicos para o Poder Público, a Contratada deverá promover a atualização dos equipamentos, softwares e

outros bens materiais e imateriais vinculados ao Sistema de Transporte, de modo a permitir a plena continuidade da prestação dos serviços.

- 17.3. Ocorrendo a dissolução ou liquidação da Contratada não poderá ser procedida a partilha do respectivo patrimônio social sem que a Contratante ateste, por meio de auto de vistoria, que os bens encontram-se livres de ônus, ou sem que mostre assegurado o pagamento de quantias devidas ao Poder Público, a título de indenização ou a qualquer outro título.
- 17.4. Na extinção deste Contrato será procedida uma vistoria dos bens públicos que o integram, e lavrado um "Termo de Devolução dos Bens" sob posse da contratada, com a indicação detalhada do estado de conservação dos mesmos.

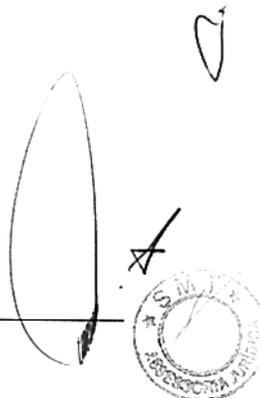
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 18.1. Integram este Contrato como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I - Introdução ao Sistema Integrado;
ANEXO II - Descrição dos Serviços;
ANEXO III - Infraestrutura Básica da Garagem;
ANEXO IV - Manual dos Padrões Técnicos dos Veículos (Diesel e Atende);
ANEXO V - Infraestrutura para Bilhetagem Eletrônica;
ANEXO VI - Procedimentos de Avaliação dos Serviços e Índices;
ANEXO VII - Bilhetagem Eletrônica (Processo de Arrecadação e Pagamentos), Política Tarifária e Remuneração
ANEXO VIII - Reversibilidade dos Trólebus;
ANEXO IX - Rede de Linhas da Madrugada com Operação Controlada.
ANEXO X – Dispositivo de acesso à internet - Wi -fi

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ANTICORRUPÇÃO – DECRETO MUNICIPAL 56.633/15

- 19.1. Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.




CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. As partes elegem o Foro da Comarca de São Paulo – Varas Privativas da Fazenda Pública, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 A CONTRATADA ingressou com pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, pendente de apreciação.

E por estarem justas e acordadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato Emergencial, elaborado em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito jurídico, perante as testemunhas abaixo assinaladas, a tudo presentes.

São Paulo, 30 de maio de 2016.



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES – SMT
PAULO DE MORAES BOURROUL
Secretaria Municipal de Transportes Substituto
"CONTRATANTE"

AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S.A.
"CONTRATADA"



EDUARDO CIOLA
Diretor Administrativo
CPF nº 030.083.948-09
RG nº 9.559.833-9



JOSÉ EDUARDO CALDAS GONÇALVES
Diretor Operacional
CPF nº 042.420.458-40
RG nº 12.693.255





Testemunhas:

1. _____

Nome: Sylvania Christina Almeida
RG: Pront. 122.744-0
SMT/AJ

2. _____

Nome: Marcos D. Godde
RG: 4.575.322-2